

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021

## Sterlite Power

### SOLARIS TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/ME nº 31.095.322/0001-95

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### Prezados Acionistas,

A Administração da **Solaris Transmissão de Energia S.A.** ("Companhia" ou "**Solaris**") em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. A respeito do Relatório da Administração, ressalta-se:

### Sociedade

A **Solaris Transmissão de Energia S.A.** ("Companhia" ou "**Solaris**"), foi constituída em 24 de julho de 2018 é uma sociedade anônima de capital fechado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

A Companhia é controlada pela Sterlite Brazil Participações S.A. ("Brazil Participações" ou "SBP" ou "Controladora"), cujas acionistas são: Sterlite Power Transmission Limited, e pela Sterlite Grid 5 Limited, ambas sediadas na Índia, apresentamos abaixo no quadro de estrutura acionária.

Sterlite Power  
Transmission Limited

Sterlite Grid 5 Limited

74,92%

25,08%

Sterlite Brazil Participações S.A.

100,00%

Solaris Transmissão de Energia S.A.

### Concessão

Em 24 de junho de 2018, o Grupo Sterlite sagrou-se vencedor do Lote 20 do Leilão ANEEL nº 02/2018 realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). O contrato de concessão nº 31/2018 foi assinado em 21 de setembro de 2018, e

## BALANÇO PATRIMONIAL

31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020		Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	63.121	344	Fornecedores	8	40.949	1.009
Tributos e contribuições a compensar		135	134	Salários e encargos sociais		111	222
Prêmio de seguro		313	89	Tributos e contribuições sociais	10	1.194	59
Ativo da concessão	7	24.239	—	Imposto de renda e contribuição social		91	—
Total do ativo circulante		87.808	567	Dividendos a pagar		609	17
Não circulante				PIS e COFINS diferido	11	885	—
Realizável a longo prazo				Partes relacionadas	12	1.109	—
Ativo da concessão	7	285.340	19.523	Total do passivo circulante		44.948	1.307
Prêmio de seguro		357	252	Não circulante			
Adiantamento a fornecedores	6	4.823	6.246	Debêntures	9	150.961	—
Total do ativo não circulante		290.520	26.021	Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	10.662	854
				PIS e COFINS diferidos	11	10.415	1.806
				Total do passivo não circulante		172.038	2.660
				Patrimônio líquido			
				Capital social	13.a	97.553	20.732
				Reservas de lucros	13.c	63.624	1.889
						161.177	22.621
				Adiantamento para futuro aumento de capital	13.b	165	—
				Total do patrimônio líquido		161.342	22.621
				Total do passivo e patrimônio líquido		378.328	26.588
Total do ativo		378.328	26.588				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Capital subscrito	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Subtotal	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	6.956	45	650	—	7.651	—	7.651
Aumento de capital conforme AGE de 06 de março de 2020	1.178	—	—	—	1.178	—	1.178
Aumento de capital conforme AGE de 05 de junho de 2020	1.500	—	—	—	1.500	—	1.500
Aumento de capital conforme AGE de 09 de setembro de 2020	1.339	—	—	—	1.339	—	1.339
Aumento de capital conforme AGE de 28 de dezembro de 2020	9.759	—	—	—	9.759	—	9.759
Lucro líquido do exercício	—	—	—	1.205	1.205	—	1.205
Dividendos mínimos obrigatórios	—	—	—	(11)	(11)	—	(11)
Constituição da reserva legal	—	60	—	(60)	—	—	—
Constituição da reserva de retenção de lucros	—	—	1.134	(1.134)	—	—	—
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	20.732	105	1.784	—	22.621	—	22.621
Aumento de capital conforme AGE de 30 de abril de 2021	18.184	—	—	—	18.184	—	18.184
Aumento de capital conforme AGE de 30 de junho de 2021	11.491	—	—	—	11.491	—	11.491
Aumento de capital conforme AGE de 01 de outubro de 2021	36.265	—	—	—	36.265	—	36.265
Aumento de capital conforme AGE de 22 de novembro de 2021	10.881	—	—	—	10.881	—	10.881
Adiantamento para futuro aumento de capital	—	—	—	—	—	165	165
Lucro líquido do exercício	—	—	—	62.327	62.327	—	62.327
Dividendos mínimos obrigatórios	—	—	—	(592)	(592)	—	(592)
Constituição da reserva legal	—	3.116	—	(3.116)	—	—	—
Constituição da reserva de retenção de lucros	—	—	58.619	(58.619)	—	—	—
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	97.553	3.221	60.403	—	161.177	165	161.342

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

**1.1. Objeto social:** A Solaris Transmissão de Energia S.A. ("Companhia" ou "**Solaris**"), foi constituída em 24 de julho de 2018 e é uma sociedade anônima de capital fechado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. A Companhia encontra-se em fase de construção com sua previsão de entrada em operação para maio de 2022, antecedendo assim ao prazo estipulado pela ANEEL de março de 2023 e ainda, um escopo adicional de reforço previsto para fevereiro de 2023 também antecedendo ao prazo ANEEL de outubro de 2023. A Companhia tem a sua sede na Avenida Dr. Cardoso de Melo, nº 1.308 - 8º andar, na Cidade do São Paulo, Estado de São Paulo e até 2021 é controlada pela Sterlite Brazil Participações S.A. ("Controladora" ou "Grupo Sterlite"), cujas acionistas são: Sterlite Power Grid Ventures Limited ("SPGVL") e Sterlite Grid 5 Limited ("Grid 5"), ambas sediadas na Índia. **1.2. Da Concessão:** Em 28 de junho de 2018, o Grupo Sterlite sagrou-se vencedor do Leilão ANEEL nº 2/2018. O contrato de concessão nº 31/2018 foi assinado em 21 de setembro de 2018, e apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente e será atualizado pelo IPCA. O projeto da Companhia consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado de Minas Gerais: (i) Linha de transmissão em corrente alternada em 230kV, entre as subestações de Janaúba 3 e Jaíba, em circuito duplo, com extensão aproximada de 93 km; (ii) Subestação Jaíba com pátio de 230/138,13,8 kV, (6+1 Res) x 33,3 MVA; (iii) Subestação Janaúba 3 com pátio de 500/230-13,8 kV, (6+1 Res) x 100 MVA; (iv) Linha de transmissão em corrente alternada em 345kV, entre as subestações de Pirapora 2 e Três Marias, em circuito simples, com extensão aproximada de 112,2 km; (v) Conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos,

apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente, e assegura Receita Anual Permitida (RAP) atualizada para o ciclo a iniciar em julho de 2021 de R\$ 36.585.807 após entrada em operação comercial prevista para maio de 2022 e seu reforço previsto para fevereiro de 2023.

### Perfil

O projeto da Companhia consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado de Minas Gerais:

- Linha de transmissão em corrente alternada em 230 kV, entre as subestações de Janaúba 3 e Jaíba, em circuito duplo, com extensão aproximada de 93 km;
- Subestação Jaíba com pátio de 230/138-13,8 kV, (6+1 Res) x 33,3 MVA;
- Subestação Janaúba 3 com pátio de 500/230-13,8 kV, (6+1 Res) x 100 MVA;
- Linha de transmissão em corrente alternada em 345kV, entre as subestações de Pirapora 2 e Três Marias, em circuito simples, com extensão aproximada de 112,2 km;
- Conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.
- Implantação de reforços autorizados na SE Janaúba 3, quais sejam: terceiro e quarto bancos de autotransformadores monofásicos TR3 500/230 - 13,8 kV - 3x100 MVA e TR4 500/230 - 13,8 kV - 3x100 MVA.

### Setor elétrico e aspectos regulatórios – segmento de transmissão

O sistema elétrico brasileiro permite o intercâmbio da energia produzida em todas as regiões do País, que estejam interligadas por meio do Sistema Interligado Nacional (SIN). Em tal sistema, as geradoras produzem a energia, as transmissoras a transportam do ponto de geração até os centros consumidores, de onde as distribuidoras a levam até a casa dos cidadãos. Há ainda as comercializadoras, empresas autorizadas a comprar e vender energia para os consumidores livres (geralmente consumidores que precisam de maior quantidade de energia).

O setor elétrico brasileiro é regulado pela ANEEL, que tem suas diretrizes estabelecidas pelo Ministério Minas Energia (MME), com a participação do Operador Nacional Elétrico (ONS), a quem cabe a atribuição de coordenar e controlar a operação do Sistema Interligado Nacional (SIN). Cabe, ainda, à ANEEL, mediante delegação do MME, conceder o direito de exploração dos serviços de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica. A Câmara de

Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), é responsável pela contabilização e liquidação das transações no mercado de curto prazo e, sob delegação da ANEEL, realiza leilões de energia elétrica. A Empresa de Pesquisa Energética (EPE), desenvolve os estudos e pesquisas para o planejamento do setor.

As concessionárias outorgadas para prestação dos serviços públicos de transmissão de energia, são responsáveis pela conexão das geradoras aos grandes consumidores, ou às empresas distribuidoras ou a outras transmissoras que compõem a complexa rede do SIN, estas últimas também reguladas pela ANEEL que lhes fixa uma RAP pela prestação de tais serviços. A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante às transmissoras mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

### Governança corporativa

A Sociedade é uma empresa de capital fechado e busca aperfeiçoar seu sistema de gestão, aplicando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito com seus acionistas, colaboradores, fornecedores e demais partes interessadas. A estrutura de governança brasileira tem como principal órgão a Diretoria Executiva formada pela presidência e por diretores responsáveis por temas como cadeia de suprimentos, projetos, finanças e recursos humanos.

Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais a segurança e transparência nas informações, integração e alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

### Responsabilidade ambiental e social

A empresa opera em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos ambientais, de qualidade, de saúde e segurança do trabalho. A Companhia entende ser de suma importância uma análise integrada de critérios ambientais em longas extensões e sob diferentes aspectos, de modo a propor as ações, planos, programas e medidas, capazes de gerenciar os impactos ao meio ambiente e às populações inseridas nas proximidades das linhas e promover a preservação ambiental em todo o ciclo de vida de seus projetos.

São Paulo, 28 de abril de 2022.

### A Administração

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receita de implementação da infraestrutura líquida		271.229	7.686
Remuneração do ativo de concessão líquido		9.333	1.078
Receita operacional líquida	14	280.562	8.764
Custo de implementação de infraestrutura	15	(202.609)	(6.315)
Lucro bruto		77.953	2.449
Despesas gerais e administrativas		(1.493)	(317)
Lucro antes do resultado financeiro		76.460	2.132
Receitas financeiras		264	—
Despesas financeiras	17	(4.584)	(500)
		(4.320)	(500)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		72.140	1.632
Imposto de renda e contribuição social corrente		(5)	—
Imposto de renda e contribuição social diferido	11	(9.808)	(427)
Lucro líquido do exercício		62.327	1.205

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	62.327	1.205
Total de resultados abrangentes	62.327	1.205

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	31/12/2021	31/12/2020
Atividades operacionais		
Lucro antes dos impostos de renda e contribuição social	72.140	1.632
Ajustes para conciliar ao lucro antes dos impostos ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		
PIS e COFINS diferidos	9.494	894
Juros e variações monetárias de empréstimos e debêntures	1.457	—
Outros	86	—
(Aumento) diminuição nos ativos operacionais		
Ativo de concessão	(290.057)	(9.658)
Adiantamentos a fornecedores e funcionários	(23.673)	(6.231)
Prêmio de seguro	(329)	91
Aumento (diminuição) nos passivos operacionais		
Fornecedores	65.036	46
Tributos e contribuições sociais	1.135	43
Salários e encargos sociais	(111)	(270)
Outros passivos circulantes	1.109	—
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	(163.713)	(13.453)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	76.821	13.776
Adiantamento para futuro aumento de capital	165	—
Captação de debêntures	150.000	—
Custos de captação de debêntures	(496)	—
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	226.490	13.776
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa	62.777	323
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	344	21
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	63.121	344

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Na Portaria MME nº 778/SPE/MME de 28 de junho de 2021, o MME aprovou o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de reforços em instalação de transmissão de energia elétrica, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 9.860, de 30 de março de 2021, de titularidade da empresa Solaris Transmissão de Energia S.A. **1.4. Encargos regulatórios:** Conforme instituído pelo art. 13 da lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizadas, devem recolher diretamente a ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas. A Companhia aplicará anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria. **1.5. Impactos da COVID 19 (Corona vírus) nos negócios da Companhia:** A administração da Companhia vem acompanhando os impactos do novo Coronavírus (COVID-19) no cenário macroeconômico e em seus negócios e avaliando constantemente os possíveis riscos de inadimplência, em função de uma possível ruptura de fluxo de caixa no sistema. Entretanto, entende que as ações que o Governo estruturou de suporte ao Setor de Energia Elétrica foram eficientes para conter estes riscos. Adicionalmente, a Companhia segue diligente no acompanhamento dos prazos de obras em curso, mas considera que eventuais atrasos poderão ocorrer até a normalização das atividades do mercado como um todo. O negócio da Companhia apresenta receita previsível, reajustada pela inflação e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios dos segmentos de atuação, não apresentando risco de



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadão.estadão.com.br/publicacoes/>

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021

## Sterlite Power

### SOLARIS TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/ME nº 31.095.322/0001-95

—☆ continuação

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**31 de dezembro de 2021 e 2020** (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

demanda, por não depender de volume consumido de eletricidade e nem de preços de energia. Desta forma, a administração da Companhia não considera que exista risco de realização de seus recebíveis. Não houve variação significativa na inadimplência em decorrência da COVID-19 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. A Companhia implementou medidas de precaução para reduzir a exposição dos seus colaboradores ao risco do Novo Coronavírus (COVID-19) e, dessa forma, garantir continuidade e qualidade de suas operações, tais como: rodízio de operados em grupo fixo; sistemas de contingência; restrições de viagens; ampliação de trabalho remoto; limitação de trabalho presencial com obrigatoriedade de agendamento prévio da estação de trabalho por meio de aplicativo para maior controle por parte da administração; uso obrigatório de máscaras durante toda a interação presencial; distanciamento das estações de trabalho e demais ambientes do escritório; restrições de utilização de salas de reunião e incentivo à realização de reuniões de forma virtual e acompanhamento do quadro de saúde e bem-estar dos seus colaboradores. Em relação a seus investimentos, não foram identificadas desvalorizações subsequentes dos mesmos, a Companhia mitiga os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem baixo risco de volatilidade, tendo em vista seu perfil conservador. Atualmente, não há previsão de atraso nas construções em andamento que possa afetar as receitas de infraestrutura constantes em suas estimativas para recuperabilidade do Imposto de renda diferido consolidado. Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2021 e até a data de emissão dessas demonstrações contábeis a administração avaliou os efeitos da Covid-19 e seus impactos no (a): (i) uso do pressuposto de continuidade operacional; (ii) gestão de liquidez; (iii) exposição da Companhia aos impactos no setor elétrico e, concluiu não existirem impactos a serem reconhecidos nestas informações contábeis em decorrência deste assunto.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**2.1. Bases de elaboração e apresentação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 29 de abril de 2022. Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. **2.2. Moeda funcional e de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real, moeda do principal ambiente econômico no qual atua. **2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revisados a menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas. Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos: • Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido (Nota 11); • Contabilização de contratos de concessão (Nota 7). Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual. • **Momento de reconhecimento do ativo contratual:** A administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de implementação da infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada. • **Determinação da taxa de desconto do ativo contratual:** A taxa aplicada ao ativo contratual é a taxa de desconto que seria refletida em uma transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato, 9,44%. Essa taxa refletiria as características de crédito da parte que recebe financiamento no contrato, bem como qualquer garantia ou garantia fornecida pelo cliente ou pela entidade, incluindo os ativos transferidos no contrato. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado. • **Determinação das receitas de implementação da infraestrutura:** Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de implementação da infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados, resultando numa margem de lucro da implementação da infraestrutura quando confrontada com o valor justo da contraprestação dos serviços via Receita Anual Permitida (RAP). As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. • **Determinação das receitas de operação e manutenção:** Após a entrada em operação, quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços. Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura e a receita de remuneração dos ativos da concessão.

## 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

**3.1. Instrumentos financeiros:** a) **Ativos financeiros:** i) **Classificação e mensuração:** Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas: **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo

são reconhecidas no resultado. **Custo amortizado:** Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e de gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados ao caixa e bancos (notas 5 e 19.1). ii) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment):** Conforme o CPC 48 o modelo de "perdas esperadas" se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. iii) **Baixa de ativos financeiros:** A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. b) **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.2. Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.3. Ativo de concessão - contratual:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão (nota 7). O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em: a) **Ativo de concessão - financeiro:** A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica "Serviços de O&M", são considerados ativo financeiro a custo amortizado. b) **Ativo de concessão - contratual:** A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto e, (ii) atualizado pelo IPCA. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras, relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.4. Demais ativos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. **3.5. Passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.6. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos. **3.7. Dividendos:** O dividendo mínimo obrigatório estabelecido no estatuto social da Companhia, equivale a 1% do lucro líquido ajustado pela constituição de reserva legal. Os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos no passivo quando do encerramento do exercício. A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. **3.8. Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment"):** A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável. **3.9. Reconhecimento de receita:** As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: a) **Receita de infraestrutura:** Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é

implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado ao fim de cada obra. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. b) **Remuneração dos ativos de concessão:** Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base taxa de desconto de 9,44% que representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar as especificidades do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alterações posteriores. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. **3.10. Despesas operacionais:** As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência, apresentadas líquidas dos respectivos créditos de PIS e COFINS quando aplicável. A Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da Lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros. **3.11. Imposto de renda e contribuição social: Correntes:** Durante o exercício de 2021, a Companhia alterou o seu regime tributário para o Lucro presumido. O cálculo do imposto de renda tem como base 8% da receita total e sobre esse resultado é aplicada a alíquota de 25%, enquanto para o cálculo da contribuição social utiliza como base 12% da receita total e sobre o resultado aplicamos a alíquota de 9%. **Diferidos:** Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes. **3.12. Impostos sobre a receita:** a) **Impostos sobre serviços:** Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso. **3.13. Despesas e receitas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

## 4. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES

**4.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021:** A Companhia adotou a partir de 1º de janeiro de 2021 as normas abaixo, entretanto, não há efeito material nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. • Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência; • Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021. **4.2 Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia ainda não concluiu a sua análise sobre os eventuais impactos decorrentes da adoção das referidas normas. • Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações serão válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023; • Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023; • Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis. As alterações são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023.

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2021	31/12/2020
Bancos	483	344
Aplicações financeiras	62.638	—
	<b>63.121</b>	344

(i) As aplicações financeiras estão mensuradas pelo valor justo por meio do resultado e possuem liquidez diária. As aplicações financeiras são do tipo compromissadas, remuneradas pelo CDI, 75% em 2021, cuja rentabilidade até 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 264.

## 6. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamentos a fornecedores (i)	4.823	6.246
	<b>4.823</b>	6.246

(i) Refere-se principalmente aos recursos liberados aos fornecedores relacionados à obra e subcontratados, de acordo com as condições contratuais de pagamento acordadas no fornecimento de materiais e serviços da construção da linha de transmissão. No momento das entregas das mercadorias e serviços os valores serão incorporados ao ativo contratual. Esses adiantamentos são assegurados pelas garantias recebidas pelos respectivos fornecedores.

## 7. ATIVO DE CONCESSÃO

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	19.523	9.865
Receita de implementação da infraestrutura	209.433	6.959
Margem de implementação da infraestrutura	71.170	1.511
Remuneração do ativo de concessão	9.453	1.188
	<b>309.579</b>	<b>19.523</b>

Circulante	24.239	—
Não circulante	285.340	19.523

## 8. FORNECEDORES

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores relacionados a implementação da infraestrutura	15.953	96
Retenções contratuais	3.687	118
Materiais e serviços não faturados	21.309	795
	<b>40.949</b>	<b>1.009</b>

Em 2021 ocorreu intensificação nas atividades de construção gerando o incremento nos saldos com recebimento de NFs a pagar bem como provisões conforme boletim de medição de serviços realizados para mobilização de canteiro, fundações e administração EPC realizados em dezembro de 2021 a ser faturado no decorrer de 2022.

## 9. DEBÊNTURES

a) **As debêntures são compostas da seguinte forma:**

Credor	Encargos	Data final	31/12/2021
Debêntures	IPCA + 6,40%	15/01/2045	150.000
Juros e atualização do IPCA			1.457
(-) Custos de captação			(496)
			<b>150.961</b>

b) **Movimentação de debêntures:**

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2020	Saldo em 31/12/2021	Captações e adições	Juros monetários	Atualização monetária	Custos de captação	Saldo em 31/12/2021
Debêntures	—	150.000	633	824	(496)	150.961	150.961
<b>Total</b>	—	<b>150.000</b>	<b>633</b>	<b>824</b>	<b>(496)</b>	<b>150.961</b>	<b>150.961</b>

A Companhia realizou a primeira emissão de debêntures, em dezembro de 2021, composto de principal e juros, não conversíveis em ações e com garantia real e garantia fidejussória adicional, com amortização do valor nominal unitário atualizado, em 44 (quarenta e quatro) parcelas semestrais e consecutivas, observando o prazo de carência de 25 (vinte e cinco) meses, contado a data de emissão, sendo a



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadão.ri.estadao.com.br/publicacoes/>

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021

## Sterlite Power

### SOLARIS TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/ME nº 31.095.322/0001-95

—☆ continuação

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

primeira parcela vincenda em fevereiro de 2024 e a última em fevereiro de 2045 remunerada pela taxa IPCA + 6,40% a.a. Em novembro de 2021 a Companhia firmou o Contrato de Prestação de Garantias ("CPG"), tendo como fiadores os bancos: Itaú Unibanco e BTG. Foram emitidas, em nome de Solaris, fianças bancárias no valor de R\$ 150.000 referente à 1ª Emissão de Debêntures e R\$ 150.000 referente ao financiamento do projeto junto ao Banco do Nordeste ("BNB") com expectativa de recebimento de R\$ 75.000 em maio 2022 e o restante em até três meses depois. De acordo com o CPG, os pagamentos de comissão de fianças são pagos ao fim de cada período trimestral com base nos saldos atualizados da 1ª Emissão de Debêntures. O custo é de 1,35% ao ano (base 360 dias), calculada de forma simples e *pro rata temporis*, até a conclusão do projeto. Em 31 de dezembro de 2021, inexistiu evento de vencimento antecipado da dívida relacionado a cláusulas restritivas (*covenants*). Os vencimentos das parcelas a longo prazo estão distribuídos como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
2024	1.212	—
2025	2.347	—
2026	5.226	—
2027	4.998	—
2028	5.906	—
2029	6.664	—
2030	8.784	—
após 2030	115.824	—
	<b>150.961</b>	<b>—</b>

## 10. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	31/12/2021	31/12/2020
ISS	448	30
INSS Terceiros	399	22
ICMS	227	—
PIS/COFINS/CSLL a pagar	120	1
Outros	—	6
	<b>1.194</b>	<b>59</b>

## 11. TRIBUTOS DIFERIDOS

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda diferido	7.102	629
Contribuição social diferida	3.560	225
<b>IR e CS diferidos</b>	<b>10.662</b>	<b>854</b>
PIS diferido	2.012	322
COFINS diferida	9.288	1.484
<b>PIS e COFINS diferidos</b>	<b>11.300</b>	<b>1.806</b>
<b>Tributos passivos</b>	<b>21.962</b>	<b>2.660</b>
Circulante	885	—
Não circulante	21.077	2.660

(i) O saldo de PIS e COFINS diferidos apresentados são reconhecidos sobre a receita de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo de contratual apurada sobre o ativo financeiro contratual pela alíquota de 3,65%, o recolhimento ocorrerá à medida que a Companhia receber as contraprestações da RAP de acordo com a IN 1.700/17.

b) Conciliação da alíquota efetiva do Imposto de renda e contribuição social diferidos:

	IRPJ	CSLL
Receita operacional líquida	280.562	280.562
Alíquotas	8%	12%
Imposto de renda e contribuição social esperada	(22.445)	(33.667)
Alíquota utilizada para o cálculo	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social efetiva	(5.611)	(3.030)
Alteração para o regime presumido*	(862)	(305)
<b>Impostos de renda e contribuição social diferidos</b>	<b>(6.473)</b>	<b>(3.335)</b>

\* Em 2021 a Companhia mudou o seu regime tributário para o lucro presumido, gerando a necessidade de remensurar os tributos diferidos reconhecidos no exercício anterior.

	31/12/2020
<b>Lucro antes do IR e CS</b>	<b>1.632</b>
Alíquotas nominais vigentes	34%
Imposto de renda e contribuição social esperada	(555)
Mudança do regime tributários para presumido	128
Imposto de renda e contribuição social efetiva	(427)
Corrente	—
Diferido	(427)
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>26%</b>

	Impostos Diferidos		
	Reconhecido	Reconhecido	Reconhecido
	31/12/2021	no resultado	31/12/2020
<b>Ativo/Passivo</b>			
Imposto de Renda	(7.102)	(6.474)	(628)
Contribuição Social	(3.560)	(3.334)	(226)
<b>Não Circulante</b>	<b>(10.662)</b>	<b>(9.808)</b>	<b>(854)</b>

## 12. PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui operações com partes relacionadas (pessoas jurídicas) no valor de R\$ 1.109 a pagar as empresas integrantes do grupo Sterlite, conforme abaixo: - R\$ 250 para a empresa Goyaz Transmissora de Energia S.A. referente à conta corrente. - R\$ 859 para a empresa Sterlite Brasil Participações S.A. cuja abertura segue: • R\$ 30 por reembolso de despesas judiciais em processo movido pela empresa ASB - Accountancy Service Brasil Assessoria Contábil LTDA., contra a Brasil Participações S.A. e subsidiárias; • R\$ 36 por reembolso de serviços de consultoria em processos movido pela empresa ASB Accountancy Service Brasil Assessoria Contábil LTDA., contra a Brasil Participações S.A. e subsidiárias; • R\$ 793 referente a reembolso de despesas de comissão garantia.

## DIRETORIA

Luciana Borges Araujo Amaral  
Diretora Financeira

Ítalo Augusto Vasconcelos David  
Diretor

Jell Lima de Andrade  
Diretor de Projetos

Luciana Borges Araujo Amaral  
CRC - 121211/O-1

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Solaris Transmissão de Energia S.A. São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Solaris Transmissão de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstra-

## 13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social:** A Companhia foi constituída em 24 de julho de 2018 com capital social autorizado de R\$1, divididas em 1.000 ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R\$1. O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2021 é de R\$97.553 dividido em 97.553.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada e em 31 de dezembro de 2020 é de R\$20.732, dividido em 20.732.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada. b) **Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC:** A Companhia recebeu da sua única acionista Sterlite Brazil Participações S.A., valores destinados a serem utilizados como futuro aporte de capital sem que haja a possibilidade de sua devolução, cujo saldo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 165.

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	62.327	1.205
Constituição da reserva legal (i)	(3.116)	(60)
<b>Base de cálculo de dividendos</b>	<b>59.211</b>	<b>1.145</b>
Dividendos mínimos obrigatórios	(592)	(11)
Reserva de retenção de lucros (ii)	(58.619)	(1.134)
<b>Saldo de lucros acumulados</b>	<b>—</b>	<b>—</b>

(i) Reserva legal limitada em 5% do lucro líquido do ano, limitada a 20% do capital social antes da destinação. (ii) Reserva de retenção de lucros corresponde a parcela de lucro líquido do exercício excedente a reserva legal e ao dividendo mínimo obrigatório. A administração propõe a constituição de reserva de retenção de lucros nos termos do art. 196 da Lei 6.404/76. A Assembleia Geral dos acionistas deverá aprovar ou não a manutenção dessa reserva. d) **Dividendos mínimos obrigatórios:** O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal. Para o exercício de 2021 o valor foi:

Dividendos	592
------------	-----

## 14. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>209.433</b>	<b>6.959</b>
Receita de implementação da infraestrutura	71.170	1.511
Margem de implementação da infraestrutura	9.453	1.188
Remuneração do ativo de concessão	—	—
<b>Total da receita bruta</b>	<b>290.056</b>	<b>9.658</b>

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Tributos sobre a receita</b>	<b>(1.215)</b>	<b>(115)</b>
PIS diferido sobre a implementação da infraestrutura	(21)	(20)
PIS diferido sobre a remuneração do ativo de concessão	—	—
PIS diferido sobre a margem de implementação da infraestrutura	(454)	(25)
COFINS diferido sobre a receita de implementação da infraestrutura	(5.609)	(529)
COFINS diferido sobre a remuneração do ativo de concessão	(98)	(90)
COFINS diferido sobre a margem de implementação da infraestrutura	(2.906)	(115)
	(9.494)	(894)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>280.562</b>	<b>8.764</b>

Custo de implementação de infraestrutura (nota 15)	202.609	6.315
Margem de implementação da infraestrutura	68.620	1.371
Margem %	34,16%	21,71%

## 15. CUSTO DE IMPLEMENTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA

	31/12/2021	31/12/2020
Serviços de terceiros	67.645	2.878
Terrenos	496	—
Pessoal	1.569	2.681
Máquinas e equipamentos	110.955	424
Gastos ambientais	763	266
Edificações	18.228	—
Servidão	2.800	9
Software	19	—
Outros	134	57
	<b>202.609</b>	<b>6.315</b>

Custos referentes à construção do projeto cujas atividades se intensificaram durante o ano de 2021 principalmente com aquisição de máquinas e equipamentos bem como contratação de serviços e, ainda a constituição de faixa de servidão para passagem da linha de transmissão e construção de Subestação.

## 16. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal e encargos	37	—
Serviços de terceiros	984	223
Aluguéis	38	—
Tributos	142	2
Seguros	280	92
Outros	12	—
	<b>1.493</b>	<b>317</b>

As despesas gerais e administrativas apresentadas referem-se substancialmente a serviços de consultoria e amortização das despesas antecipadas de seguros.

## 17. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Receitas financeiras</b>	<b>264</b>	<b>—</b>
Rendimentos de aplicações financeiras	264	—
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(4.584)</b>	<b>(500)</b>
Juros e atualização monetária sobre empréstimos e debêntures	(1.456)	—
Comissão e taxas (a)	(2.894)	(500)
IOF	(191)	—
Outros	(43)	—
	<b>(4.584)</b>	<b>(500)</b>
	<b>(4.320)</b>	<b>(500)</b>

(a) Corresponde a pagamento de tarifa junto ao banco do Nordeste (BNB) referente ao serviço de análise de viabilidade do projeto, para o qual não existe expectativa de contratação.

## 18. SEGUROS

A Companhia possui contratos de seguro garantindo a indenização, até o valor fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pela Companhia no contrato principal, oriundo do Edital do Leilão nº 002/2018-ANEEL, bem como multas e indenizações devidas à administração pública. As garantias de indenizações, na modalidade de construção, fornecimento ou prestação de serviços, é de até a importância segurada no montante de R\$20.156, com vigência de 13 de setembro de 2018 até 27 de setembro de 2024 junto a Swiss RE. Para a modalidade de risco de engenharia foi contrato junto à Axa Seguros com vigência de 25 de junho de 2021 até 15 de abril de 2024 e indenização segurada no montante de R\$ 410.753, já para risco civil também junto à Axa Seguros foi contratado com vigência de 25 de junho de 2021 até 15 de abril de 2025 com mesma indenização segurada no montante de R\$ 197.679.

## 19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

	Nível	2021	2020
<b>Ativos mensurados pelo custo amortizado</b>	<b>Nível</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Bancos		483	344
<b>Ativos mensurados a valor justo por meio do resultado</b>	<b>Nível</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Aplicações financeiras	2	62.638	—
<b>Passivos mensurados pelo custo amortizado</b>	<b>Nível</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Debentures		150.961	—
Fornecedores		40.949	1.009

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46: **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e **Nível 3** - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva. Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado.

## 20. GESTÃO DO CAPITAL

A Companhia utiliza capital próprio para o financiamento de suas atividades. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

## 21. GESTÃO DE RISCO

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, e previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: a) **Riscos de taxa de juros:** Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. b) **Riscos de preço:** As receitas da Companhia são nos termos do contrato de concessão a RAP, reajustadas anualmente pela ANEEL. c) **Riscos cambiais:** A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção. d) **Riscos de liquidez:** A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia. A Administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima uma vez que monitora o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação que julgue adequadas para a continuação do negócio. Adicionalmente, variações relevantes nos indexadores que definem as taxas juros dos financiamentos da Companhia são amenizadas pelo fato do contrato de concessão assegurar que a Receita Anual Permitida - RAP também está atrelada à índices inflacionários e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

## 22. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 11 de fevereiro de 2022 houve alteração no controle da Companhia passando para GBS Participações S.A., subsidiária da Sterlite Brazil Participações, com a transferência de 100% das ações da Companhia.

## CONTADORA



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadão.estadao.com.br/publicacoes/>

continua —☆

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021

# Sterlite Power

## SOLARIS TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/ME nº 31.095.322/0001-95

→☆ continuação

### RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

taxa implícita de desconto; (iv) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificar as obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis, aplicáveis ao preço do contrato; (v) análise do enquadramento da infraestrutura já construída no conceito de ativo contratual; (vi) análise da atribuição de receita a cada uma das obrigações de performance presentes nos contratos de concessão; (vii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (viii) análise da eventual existência de contrato oneroso; (ix) análise dos impactos oriundos da Revisão Tarifária Periódica (RTP), por meio de inspeção das notas técnicas e consultas públicas emitidas pelo órgão regulador, recálculo do valor presente do fluxo contratual dos ativos da concessão, com base na nova Receita Anual Permitida (RAP) e verificação das glosas de projetos e das bases de remuneração; (x) avaliação dos seguintes aspectos relacionados aos projetos de construção: (a) análise do cumprimento do cronograma físico das obras em andamento, bem como a verificação da existência ou não de itens anormais ao cronograma físico atualizado da obra, com possíveis alterações de projeto, ou mudanças de fornecedores que possam gerar custos não capturados pelos controles internos da Companhia; (b) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; e (c) caso aplicável, verificação de indícios de suficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas do empreendimento; (xi) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica; e (xii) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo contratual da Companhia, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria na determinação do ativo contratual e das respectivas receitas, assim como as divulgações nas notas explicativas são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevan-

te, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de abril de 2022.

**ERNST & YOUNG**  
Auditores Independentes S.A.  
CRC-2SP034519/O-6  
**Adilvo França Junior**  
Contador - CRC 1BA021419/O-4-T-SP



## EMPODERAR A HUMANIDADE ENFRENTANDO OS MAIORES DESAFIOS NO ACESSO À ENERGIA

# Sterlite Power



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadão.estadao.com.br/publicacoes/>